

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

MARICEL DA SILVA ESPINA

COMO SUPORTAR O COTIDIANO SEM ENTRAR NO NILISMO?

PORTO ALEGRE, 2014

MARICEL DA SILVA ESPINA

COMO SUPORTAR O COTIDIANO SEM ENTRAR NO NIILISMO?

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Psicologia Social e Institucional, da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para: obtenção do Grau de Especialista em Análise Institucional.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Tania Mara Galli Fonseca

Linha de Pesquisa: Clínica, Política e Subjetividade

PORTO ALEGRE

2014

MARICEL DA SILVA ESPINA

COMO SUPORTAR O COTIDIANO SEM ENTRAR NO NIILISMO?

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação,
em Psicologia Social e Institucional, da Faculdade Federal
do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para:
obtenção do Grau de Especialista em Análise Institucional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDr^a Tania Mara Galli Fonseca
Orientadora

Prof.
Examinador

Prof.
Examinador

“... Um pouco de ar senão eu sufoco!”



Batidas na porta da frente é o tempo
Eu bebo um pouquinho pra ter argumento
Mas fico sem jeito, calado, ele ri
Ele zomba do quanto eu chorei
Porque sabe passar e eu não sei....
(Resposta ao Tempo – Aldir Blanc/Cristovão Bastos)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Tania Mara Galli Fonseca pela disponibilidade, atenção, carinho e cuidado comigo, nesta trajetória de uma escrita viva. Em nenhum momento me senti só nestes passos dados com tanta imprecisão. Sinto-me como se estivesse reaprendendo a andar, como uma pessoa que passou por um acidente e hoje, fazendo sessões de fisioterapia, inicia seu caminhar.

Gostaria também de agradecer a todas as colegas de trabalho do Abrigo Novo Tempo que me incentivam, me colocaram para cima, confiaram em mim, me consideraram uma amiga. Especialmente à Joseane Barbosa Martins que me ouviu e comigo esteve na escrita deste testemunho, me auxiliando na rememoração de episódios que não conseguia lembrar.

RESUMO

Lembrar aquilo que não se quer lembrar, falar sobre daquilo que não se quer falar!

Esta é a difícil tarefa de narrar um testemunho. Testemunho este extraído do recanto de uma memória endurecida pela tristeza do “fantasma do não consegui fazer”.

Este trabalho é uma reflexão acerca de um testemunho, um recorte do que se viveu no Abrigo Novo Tempo, Casa de Acolhimento de vidas que acabaram sufocadas pela cegueira do não se perceber, do não entender que o tempo ditou sua regra e se fez cumprir. Lembrar e escrever, apesar de ter sido uma tarefa árdua, também foi libertadora, pois se transformou na arte de elaborar um período de intensa vivências que tivemos como gestora da referida Casa. As marcas de desilusão e tristeza foram talhadas pelo tempo que também remete a amizades, alianças, lutas e alegrias. Pode-se dizer que esta experiência mudou o rumo de algumas vidas, pois umas se encontraram, mas também outras se perderam.

Palavras-chave: Abrigagem, testemunho, instituições.

ABSTRACT

Remember what you do not want to remember, talk about what you do not want to talk!

This is the difficult task of narrating a testimony. Testimony extracted from this corner of a memory hard for sorrow of "ghost could not do."

This work is a reflection about a witness, a cut of what was lived in Novo Tempo. Protection home lives that just choked blindness not to perceive, to understand that the time dictated his rule and made meet. Remember and write, even though it was a chore, was also liberating because it has become the art of crafting a period of intense experiences we had as manager of that house. The disappointment and sadness marks were carved by the time also refers to friendships, alliances, struggles and joys. It can be said that this experience changed the course of some lives, because a match, but also other lost.

Keywords: Protection, testimony institutions.

SUMÁRIO

UM TESTEMUNHO COMO PONTO DE PARTIDA.....	9
AS VOZES DO SILÊNCIO.....	12
É PRECISO NARRAR À HISTÓRIA.....	16
COMO FALAM AS INSTITUIÇÕES.....	18
A POLIFONIA INSTITUCIONAL.....	20
OUVIR, FALAR, PENSAR, AGIR.....	26
REFERÊNCIAS	28

VIDA ABRIGADA, TEMPO DE REFLEXÕES

Um testemunho como ponto de partida

Em meados de Janeiro de 2011, fui convidada a assumir a coordenação de uma casa de acolhimento, naquela época considerada como abrigo de adolescentes.

Quando cheguei ao Abrigo Novo Tempo, nome dado a casa, por um dos abrigados após concurso para escolha de um nome para a casa reinaugurada, depois de diversos fechamentos, havia em torno de 28 abrigados, em sua maioria adolescentes, para um ambiente que comportava quatorze; há quem diga que as mudanças ocorreram apenas no novo nome, pois o prédio continuava nas mesmas condições precárias e insalubres de antes; no entanto, assumi a coordenação com a esperança do Secretário Municipal da pasta. Esse desejava que eu acalmasse os ânimos de um ambiente conflituoso, cheio de brigas, quebra-quebras, evasões e adoecimentos por parte dos funcionários. De minha parte, confesso ter havido, na ocasião, certa pretensão, já que se tratava também de um grande desafio. A princípio, seria por trinta dias, para cobrir as férias da então coordenadora que, pela fala geral, era pessoa competente, mas que produzia nos adolescentes um imenso rechaço, ocasionando grande tensão na casa.

Os trinta dias se passaram e mais trinta vieram e, se tornaram em mais e mais - “fiquei institucionalizada!” – No total foram oito meses, quase uma gestação; sim quase como a do meu filho mais novo, que nasceu em meio ao turbilhão de emoções que vivi nesta casa de acolhimento. Seu nascimento significou, para mim, um alento, uma recompensa, já que sobrevivemos ao que se passou.

Ao longo destes oito meses, organizei, limpei, transformei, conheci, desabrochei a instituição e a mim mesma. Organizei um lugar cuja ordem não havia de nenhum modo. Foram criadas salas de monitores, técnicos, setor administrativo, de estudos, brinquedoteca, biblioteca e espaço web. Os ambientes eram todos precários, alguns até insalubres; os mobiliários provinham de doações, muitos deles estavam caindo aos pedaços ou sem condições de uso. Por fim, na sala dos monitores, conseguimos armários para os pertences individuais, mesa redonda para reuniões, um computador para estudos diversos, um pequeno sofá com duas cadeiras de aproximação e um mural de informações entre eles; na sala dos técnicos, muito pequena, só cabiam duas mesas, duas cadeiras, um armário e uma poltrona, mas com coração de mãe, sempre cheia, ou dos adolescentes que lá iam, ou dos funcionários que lá passavam. A sala de estudos

compunha-se de uma mesa redonda com cadeiras estofadas e um quadro branco. Servia para o reforço escolar, fazer os temas, estudar, tudo com o auxílio dos monitores; por vezes, servia de sala de visitas ou entrevistas, já que na sala dos técnicos não cabia muita gente.

No que se refere à limpeza, falo em tudo, desde adaptar questões de vigilância sanitária, asseio geral do local, instituição de lavanderia, construção de um pátio comum sem grama e com laje, visto não ter o serviço de corte de grama sistemático. Com isso, foi possível jogar bola, pensar em brinquedos ao ar livre, até mesmo em uma pracinha. As plantas que lá haviam foram plantadas pelos abrigados, por mim e pelos monitores. Foi construído um refeitório em “condições”. Entre outras tantas iniciativas, que nem eu mesma nem sei mais.

O que sei muito bem é a respeito das relações que construí. Conheci pessoas muito empenhadas no cuidado com aquelas crianças e adolescentes. Mesmo as pessoas mais difíceis de conviver, estas tinham consigo o desejo de proporcionar o bem-estar aos adolescentes. Sempre criativas e incansáveis. Burlavam as rotinas e burocracias para fazer “acontecer o dia”. Sempre houve passeios, diversões, filmes, entretenimento, comidas diferentes dos cardápios estabelecidos. Havia churrascos em final de mês, com dinheiro dos funcionários; os aniversários dos abrigados não passavam em branco, já que muitos que entravam ali, nunca haviam comemorado antes. Estes eram realizados com a colaboração dos funcionários, é claro; também não faltava quem viesse em finais de semana de sol, estender roupas nos varais, por saber que no outro dia choveria.

Mas nem tudo são flores, quando cheguei, era um caos. Monitores com medo de apanhar dos adolescentes; sem espaço para conversar ou guardar seus pertences; não faziam refeições na casa; muitos atestados, visando dispensa do trabalho; mal falavam entre si, sequer com os adolescentes. Saídas externas nem passava pela cabeça deles: - trata-se de um abrigo, como sair?

O setor administrativo era fechado; a moça que ali trabalhava tinha apenas três meses de casa, mantinha a porta fechada, pois temia e muito diante das brigas e agressões entre os adolescentes, tremia, logo, por qualquer barulho. Mas, em alguns momentos, mesmo em prantos, era sua função ligar para a guarda municipal, a fim de evitar danos ao patrimônio, o que era inevitável nestas brigas diárias.

Por incrível que pareça, inúmeras vezes, esta mesma funcionaria administrativa, em estado de choque, foi consolada pelos abrigados, mesmo por aqueles com problemas cognitivos, que lhe diziam: “tudo vai ficar tudo bem”.

Eram visíveis os sinais de lutas; portas e vidros eram quebrados diariamente, grades arrancadas; vasos sanitários e descargas estragados; chuveiros também entram nesta lista, pois achavam que com o chuveiro estragado não precisariam tomar banho; tudo isso, feito pelos próprios abrigados, compondo assim uma bruma de medo no ar.

A luta era diária e constante. Imagine que só em falar de pessoas, de vidas, de necessidades, de cuidado; só nisto, tem que se pensar em ação, urgência, jeito, manejo e carinho.

A cada dia, uma nova urgência surgia. Na verdade, não havia como distinguir o que era urgente e importante. Tudo, para todos, era de extrema urgência e acontecia tudo ao mesmo tempo: levar abrigados aos hospitais, responder ao judiciário, fazer guias de ingresso e/ou evasão, providenciar alimentos para o dia seguinte, entre outros.

Em relação aos vários documentos que chegam a um abrigo, todos são com prazos exíguos; sendo que os encaminhamentos decidem o rumo das vidas. Mas quem somos nós para definir o futuro? Se podem ou não ficar na companhia de seu irmão, na mesma casa de “acolhimento”; a “casa” nem imagina que uma coordenação tem que travar uma “queda de braço” com as instituições política e judiciária, a fim de garantir o mínimo às crianças. Estas que já tiveram, por diversas vezes, seus direitos violados.

Mas é isso, fomos reconstruindo o ambiente aos poucos; com uma doação aqui, outro voluntariado ali, parcerias com outras instituições, para que aquele lugar que era sujo, mal cheiroso e mal acabado, pudesse ter condições mínimas para atender as necessidades daqueles adolescentes que, por vários motivos, iam parar lá. Os abrigados assistindo ao empenho dos funcionários em melhorar aquele local, diminuíram de forma drástica as brigas, agressões; depredações e evasões; acredito que a partir deste momento, os adolescentes passaram a considerar aquele lugar um possível lar.

Aos poucos foram criadas formas de bem viver. Não foi fácil, o empenho foi grande, pois os abrigados vinham de realidades diversas, inclusive vivência de rua. Logo, o enfrentamento era constante à equipe de monitores. Mas, em pouco tempo, os abrigados puderam perceber que tudo era feito para que pudessem viver em harmonia dentro do abrigo.

Quando eu cheguei ao abrigo, não havia pertences individuais dos abrigados. Todos usavam as mesmas camisetas, os mesmos sapatos, os mesmos casacos; com algumas doações de roupas, foi se organizado uma lavanderia, onde os abrigados escolhiam as roupas que lhes serviam e, sendo que a responsável por essa lavanderia, organizava, identificava cada peça escolhida; a partir daí, os abrigados começaram a ter

pertences próprios, e mais que isso, responsabilidade de cuidar dos mesmos, adquirindo algo de seu.

Quanto à cozinha, não foi muito diferente: quando cheguei no abrigo, os adolescentes ficavam em fila esperando sua marmita. Comiam aos gritos, levantavam e iam embora deixando a desordem aos cuidados das serventes. Então, foi pensado em fazer o alimento, contando com o apoio de uma funcionária dos serviços gerais, que virou cozinheira oficial. Os jovens iam chegando das escolas e recebendo um prato servido, escolhendo, então, o que queriam comer, sendo que as saladas e suco ficavam à disposição, ao alcance, para repetirem. A partir daí, se quisessem repetir, escolher o que iam comer, dentro do cardápio, poderiam. Também tinham que alcançar o prato à cozinha, não mais deixando as mesas sujas. Foram convidados, nos finais de semana a cozinharemos juntos. Quando em sessões de cinema, faziam pipocas, torradas ou cachorro quente, até mesmo o famoso “miojo”. Quando em dias de festas, churrascos, etc., participavam também da preparação, desde decoração, cuidados com limpeza ou alimentos.

As mudanças ocorridas nesta nova casa de acolhimento foram realizadas com ajuda de todos, desde o plantio de mudas, criação e organização da brinquedoteca biblioteca, até mesmo os dormitórios que, mesmo sem portas, arrancadas em outros tempos pelos acolhidos, não foram recolocadas para haver melhor trânsito. A organização das camas ficava por conta deles.

Houve melhorias de toda ordem. No entanto, devido ao histórico de agressões, violações anteriores, já levados ao conhecimento do judiciário, esta casa veio a fechar, por interdição do Ministério Público. Eu, com oito meses de gravidez, saí para ganhar meu filho. Os adolescentes, novamente agredidos, foram levados para uma casa onde só havia bebês. Os monitores não mais trabalhariam com programa de atividades, pois na nova casa, com outra gestão, tudo seria diferente. Até mesmo a programação de final de ano e férias, tudo seria diferente – sem a participação da equipe, já que os monitores recém-chegados seriam vistos, pelos antigos, como intrusos, estes teriam que se adaptar à forma já instituída, vertical.

As vozes do silêncio

Minhas reflexões partem de uma experiência ímpar, vivida por mim na coordenação da Casa de Acolhimento Novo Tempo, situada na grande Porto Alegre. Minha escrita carrega o desejo de pensar e analisar alguns elementos da dinâmica

institucional, tomados em relação às práticas de gestão que tive oportunidade de exercer. Além disso, torna-se, por seu teor testemunhal, um meio de compartilhamento da mesma com a pequena multidão de profissionais implicados com as políticas de assistência social.

Muitas histórias podem vir a ser narradas por esses profissionais em seus enfrentamentos com a dura realidade dos estabelecimentos em que atuam. Não são poucas as situações em que vêm fracassar seus intentos, em que se desgastam em seu labor diário, em que se frustram e se enredam nos intrincados movimentos da rede de forças que atua, vivamente, no âmbito do espaço de trabalho. A produção de sofrimento de tais trabalhadores resulta, na maioria das vezes, em desânimo e sentimento de impotência, frente aos inúmeros problemas suscitados no dia-a-dia.

Um testemunho pode ser comparado a um terreno repleto de buracos provocados pela ação do tempo, da memória e da própria linguagem. Aquele que testemunha é convidado a preencher as lacunas deixadas. Por isso, é preciso contar, dizer, falar; seja para manter vivas as imagens de uma experiência, seja para retirá-las da escuridão; é importante dar luz e voz ao que ficou submerso. Com relação à experiência-limite dos campos de concentração, Primo Levi, nos deixou essas palavras:

Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressarem. Falamos nós em lugar deles, por delegação (Levi, 2004, p.72-73).

A citação de Levi nos leva a pensar nos testemunhos por delegação, ou seja, naqueles que, mesmo tendo sobrevivido, ainda assim se reportam à experiência como modo de lutar contra o esquecimento. Falar por aqueles que já não podem mais falar, de certo modo, também envolve a posição ética do pesquisador, uma vez que, tendo o “papel e a tinta” e não estando impedido de expressar-se verbal ou por escrito, vem fazer justiça àqueles que são abatidos pelos fracassos e catástrofes cotidianas.

Giorgio Agamben (2006), por sua vez, nos reafirma que testemunhar é aproximar-se, unir-se àquele que hoje não pode criar. É devolver o ser à condição de sobrevivência. Trata-se de dar-lhe o direito a querer vida. Para Márcio Selligmann (2008), quando se refere à experiência como trauma, testemunhar implica na reconstrução da história traumática e de um espaço simbólico, constituindo-se como

processo de rememoração que significa também a saída de uma posição de sobrevivente para a de ir em direção à vida.

O testemunho tem força e quem o faz tem que ter disposição para restituir a voz silenciada. Este sobrevivente vive a culpa da sobrevivência, pois todos deveriam ter morrido e o apagamento das marcas deixadas cria no imaginário a sensação de que nada foi verdade, pois sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão.

Aquele que testemunha é o próprio catador de ruínas; ele ouve vozes, que chegam através de pistas, suspiros, lampejos frágeis; este narra a partir das sombras, dos restos. Mesmo assim é preciso contar a história, pois é preciso dizer que a mesma ainda não chegou ao seu fim. E é com essa necessidade que aquele que testemunha, o manipulador de ruínas, se sente autorizado a remover os escombros, revolver solos, usar a enxada de forma cautelosa no solo arenoso das memórias. Ele usa a linguagem como afronta ao possível apagamento da história, fazendo retornar à vida aquilo que se considerava enterrado e morto.

Aceitar o desafio de rememorar, sobretudo experiências traumáticas, torna-se um movimento de ativar sentimentos sufocados que estavam na esfera do inaudível. Nesse momento em que assumimos essa posição pretendendo expressá-las nesse trabalho reflexivo, não adotamos, entretanto, uma posição melancólica em relação aos fatos passados e que venha, de certa maneira, imortalizar nosso próprio sofrimento. Acreditamos, juntamente com Jeanne-Marie e Gagnebin (2006, p.25) que rememorar é incitar e transformar o presente, trazendo ao sujeito à possibilidade de libertá-lo de culpas e conferir-lhe uma sensação de justiça e redenção. Para a autora, “a ação de lembrar, escrever e esquecer as experiências, os traumas, faz com que se repense o presente” (2006, p.25).

Nesse ponto, acreditamos como relevante associar aquele que testemunha ao conceito de narrador, colocado por Walter Benjamin (2006, p.200). Para o autor, narrador é um catador de sucata e lixo, alguém que junta cacos e restos, sem deixar nada se perder em meio à miséria. É desta maneira que tal conceito nos possibilita também pensar, em nosso presente caso, que ao relembrarmos o passado, para expressá-lo em uma escala que ultrapasse nossa própria vivência individualizada, também se torna um ato de “juntar pedaços”, meus e dos demais sujeitos implicados na experiência e também em uma história coletiva que pode fazer sentido àqueles que comigo estiveram em outras da mesma espécie.

É através da narrativa que o historiador possibilita a compreensão entre um feito do passado e o que não aconteceu. Ao narrar, o historiador intercambia as experiências, traz para o presente uma luz, uma resposta que ficou no passado. Para isso, este tem que ficar atento para escutar as vozes do silêncio do passado, que quer falar, torna-se importante dizer que não temos a pretensão de mudar o que ficou para trás. Nosso propósito é criar uma nova imagem de futuro. Confiamos nas palavras de Walter Benjamin quando nos assegura que nada do que aconteceu um dia pode ser perdido para a história.

Começemos, pois, por pensar a situação: os profissionais das diferentes políticas públicas situam-se na linha de frente e são demandados por ações de resolubilidade de problemas sociais e institucionais, que extrapolam o âmbito das situações internas de um campo de atuação, mas que nele incidem como forças atuantes. Tais profissionais, muitas vezes, vêm-se alienados das mesmas e impotentes de combatê-las. Seu afastamento de um entendimento extra-campo, faz com que assumam, no seu cotidiano, posições salvacionistas e assistencialistas, calcadas em uma boa vontade em um espírito humanitário, colocando-os num plano da autoresponsabilização individualizada e meritocrática, em relação aos efeitos produzidos em seus corpos, bem como no próprio ambiente de sua intervenção.

Contudo, indagamos como agir se de um lado estão os ímpetos humanitários e de outro a dura omissão? Somos sabedores das encruzilhadas éticas que se formam no percurso de tais profissionais, encruzilhadas movidas pelo jogo de forças institucionais em conflito de interesses, de visão e de valores. Não se trata de atribuir apenas à boa vontade e aos esforços humanitários dos gestores, aplicados no cotidiano institucional, o mérito das boas soluções e dos bons resultados. Agora, já podemos identificar o jogo, se não inteiro apenas mais ampliadamente. No seio dos estabelecimentos de acolhimento, e esse, em que se deu nossa experiência, foco dessa reflexão não se distancia desse parâmetro, podendo até, ao contrário, vir a ser um exemplo de uma superintensificação do jogo a que nos referimos, transmitam enunciados de discurso jurídico e legal, normativo, religioso e moral, que possuem na formação histórica nos tempos. Os estabelecimentos de abrigagem são monitorados e orientados por palavras de ordem, providas de uma evolução que normatiza, mesmo que de forma invisível, a vida no interior do estabelecimento, com suas relações com seu meio externo. Nesse ponto, já não podemos pressupor que o tempo presente de um estabelecimento esteja libertado de todo um passado que forjou sua existência e seus modos de lidar. Já nos deparamos em

um outro nível de análise em que o sujeito gestor passa a ser considerado também um efeito do próprio jogo de forças instituídas, do qual ele faz parte. O que resta, pois, ao gestor que também é um ator das dramáticas levadas a efeito no seio do estabelecimento. Pesa sobre ele o peso de muitas temporalidades que, sobrepostas, constituem seu tempo presente e apresentam, enfim, as matérias com as quais deve lidar. Falamos de um tempo adensado, das memórias institucionais que se desviam daquele tempo que se espelha na superfície do nosso presente oferecendo-lhe múltiplas faces, confundindo-nos enquanto buscamos a identidade em seus entornos passíveis de serem manejados.

É preciso narrar à história?

É preciso narrar a história para alçar e experiênciar ao plano do compartilhamento, para transmiti-la, para evitar que a mesma se torne individualizada, isolada, pertencente a um único sujeito.

É não deixar que se apague uma história vivida com tamanha intensidade, é possibilitar que outros experienciem juntos e criem juntos com o narrador, novos futuros, outras possibilidades para a mesma história. É o mesmo que ativar a memória através de uma via poética.

No entanto, ao nos propormos contar esta experiência, vivida em uma casa de acolhimento, da qual fui coordenadora por algum tempo, inevitavelmente teremos nossas palavras misturadas à nossa emoção, pois rememorar é também fazer surgir sofrimentos vividos. Contudo, esse desafio de dar voz ao silêncio do passado vivido, comporta nossa confiança a respeito de nossa contribuição à questão que envolve as casas de acolhimento e aos trabalhadores nelas implicados. Compromisso com o futuro poderíamos chamar esse nosso ímpeto, desejo de entendimento e de produção de conhecimento de uma experiência profissional para além de seus momentos de alegria e de tristeza, para além de nós mesmas, situando-se, assim, no plano de um coletivo que poderá vir a ser compartilhado.

Aquele que ousa narrar tem o tempo a seu favor. Já tomou certa distância das suas reminiscências e com isso, pode autorizar-se a trazer do silêncio aquilo que fora inscrito no corpo, as marcas de um tempo de luta ressignificam-se, em novos novos sentidos daquilo que, até então, não se podia compreender.

A narrativa não cabe na cronologia. Gagnebin (2006) nos mostra que o tempo tem sua intensidade. Uma espacialidade qualitativa onde o ponto de partida para uma

história se baseia em outra temporalidade, não em factuais de forma linear. Essa história é um instante na história, que não é formada pelo tempo homogêneo e vazio e sim, como diz: Benjamin (2006) **por aquele saturado pelo tempo de agora.**

Remetendo-nos a Kairós, como Walter Benjamin (2006), nos referimos a uma perspectiva temporal na qual somos capazes de perceber o instante singular, a hora certa. Um tempo relacionado à qualidade construtiva da história, onde observar o passado, rememorar, com olhos reconstituidores, abre-se como um leque de possibilidades, ou seja, faz-se presente a criatividade, rompe-se com a continuidade, com a mesmice da história. Assim, é possível encontrar novas formas de conceber o mundo, onde construir estes novos sentidos à vida nos possibilita a sobrevivência, e autorizar-se a novas experimentações.

Mas narrar tais experiências é explodir em centelhas de agora, em ímpetos de instantes, em lampejos de memória, como estilhaços, cacos de uma história declinada. Estes corajosos são capazes de novos modos de interpretação da história e do mundo, já que se negam a desacreditar na vida enquanto potência.

E buscar vida é querer futuro, modernidade. Benjamin (2006) quando fala em modernidade, fala no quanto o homem se percebe fragmentado entre sua força de trabalho e sua ética. Neste modo capitalista de mercado, sente-se vendendo parte de si. Sua imagem se mistura às mercadorias. O que é mercadoria vira importante e o que deveria ser importante, vira mercadoria. Pensando desta forma, percebe-se o quanto os trabalhadores estão misturados com as problemáticas. O quanto perdem a noção do lugar que ocupam. A partir disso, é possível pensar que a institucionalização é algo maior. Não são apenas os adolescentes que foram abrigados, mas sim todos aqueles que trabalhavam naquele lugar. No nosso caso, no Abrigo Novo Tempo.

Mas, afinal, que novo tempo é este que se impõe não apenas no nome da casa, mas também no desejo coletivo de vida? Quem sabe um desejo de não mais terem seus corpos usados na luta travada entre as forças. Deixar respirar a ilusão de dias melhores. Deixar pensar e escolher se quer ou não ficar longe da vida, longe daqueles que lhes são familiares. Poder transgredir nem que seja por um instante de evasão, já que o retorno é certo.

No que se refere ao trabalhador da casa, mesmo quando ausente, tem seus desejos de liberdade cerceados, pois não se desliga, lhe são cobrados disponibilidade, um “sobre-aviso” pode chegar. Logo não tarda o cansaço e o esgotamento nos seus

diferentes graus de intensidade, abrindo espaço para o desinvestimento da vontade interior, colocando em cheque o que há de importante na vida.

Considerando que nossas ações de trabalho se fazem com os efeitos de aliciamentos coletivos, que nos subjetivamos através de múltiplas forças de muitas ordens: econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, políticas, etc., vemos que a ação de um único sujeito não poderia ser atribuída apenas ao mérito de suas intenções. Nosso engajamento se torna implicado com as demandas sociais e institucionais que nos produzem como sujeitos, também nossos atos falam de palavras de ordem que incorporamos como nossas e que orientam nossas posições. Assim, é preciso contar a história atentando para que a narração da mesma se torne uma ocasião de análise e reflexão. Deste modo, a experiência narrada, poderá ser re-colocada para o plano do coletivo, incidindo assim, sobre a própria versão da história social. Logo, esta passará a contar com os desvios e com as muitas vozes que a compuseram. Ascender às vozes do silêncio que impregnam o tecido histórico é torná-lo polifônico e múltiplo, não transmitido apenas em uma única voz, que silenciaria as demais.

Já que o objetivo é escrever para transformar o presente, pensemos nas políticas Públicas de Assistência Social. Concordamos com Benevides (2005) quando fala que fazer a política pública é muito mais que construir programas e portarias. Para efetivar a política, faz-se necessário uma união entre as forças do coletivo, dos movimentos sociais, com as práticas concretas do cotidiano, dos serviços em geral. De nada serve teorias bem construídas, se as práticas não forem resolutivas, se não houver melhorias nas vidas, nas condições de trabalho, nos modos de fazer e de produzir. Só unindo conceitos e a prática será possível transformar realidades.

Como falam as instituições

Para compreender do que estaremos falando a partir de agora, nos reportaremos aos conceitos de instituição, instituído e instituinte. Segundo Gregório Barembliit (2002, p.25):

Instituições são como são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos.

Tenhamos em mente, portanto, que instituições são instâncias que permitem a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e traçar limites. Sua forma é virtual, imaginária e simbólica. Cada sociedade cria um tipo de instituição, cada sociedade produz suas instituições que serão mantidas e sustentadas em todos os domínios: Estado, Família, Igreja, Escola, etc.

Referimo-nos a instituído quando buscamos entender que algo já está posto, fixo, organizado. Já o conceito de instituinte refere-se aos agentes das práticas sociais, designando os movimentos de quem opera sobre este instituído. Diz-se instituído para aquilo que já está posto e enunciado de forma fixa e organizada. Refere-se, pois, ao conjunto de leis, normas e regras que direcionam o comportamento dos sujeitos, produzindo-os como adaptados e conforme ao que está estabelecido. O instituído comporta, pois, a máquina subjetivadora dos corpos, operando como aparelho de sua modelização. Já o conceito de instituinte nos remete às práticas dos sujeitos frente ao que está instituído. Reflete os modos pelos quais os sujeitos se comportam, como absorvem ou repelem as regras, como resistem a elas como forças de poder. Resulta que dessas relações dos sujeitos face aos aparelhos de subjetivação, ter-se-á, subjetividades serializadas e produzidas segundo os modelos apregoados como sendo próprios à normalidade, ou ter-se-á subjetividades singulares, uma vez que mesmo habitando e sendo afetadas pelas forças subjetivantes, instituídas, assim mesmo as transgridem e dela se desviam, em prol de um estilo próprio e diferenciado.

Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa. Por outro lado, quando as forças instituintes emergem, tem-se a possibilidade da produção de novos agenciamentos, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejantes.

Instituintes-instituídos, organizantes-organizados constituem a malha social. Não atuam separadamente, mas sim em conjunto, um com o outro. Nesta dança, se faz presente a ideia de atravessamento, que é formado pelas circunstâncias que colaboram para a manutenção de um determinado estado de coisas: manutenção da exploração, do silenciamento, dos sistemas de classificação.

Já a transversalidade, é usada para compreender quando é o instituinte que está em jogo, quando o sujeito questiona sua relação de assujeitamento colocado pela instituição.

E aqueles que operam a função papel de observar, analisar conteúdos adormecidos, são os chamados analistas institucionais e estes, por sua vez, denominam o material de sua análise como dispositivos analisadores. Segundo Baremlit (2002), **é o elemento que revela** - os comportamentos proibidos, em outras palavras, é o não dito da instituição.

Quando se objetiva desvelar uma instituição, um dos analisadores a ser buscado corresponde ao de sua história. É através da análise do material histórico que se reconstitui o passado, o que auxilia na compreensão de como este está vivo, atuante no presente e determinando o presente atual e as tendências ao futuro. O levantamento de dados históricos faz parte do modelo de pesquisa-ação, sendo que o pesquisador facilita, então, para que os sujeitos do campo empírico se transformem em protagonistas do seu saber.

As formas como as forças do coletivo incidem no trabalho do analista chama-se “análise da implicação” - Baremlitt (2002), ou seja, quando na ocasião de intervenção, o analista institucional se percebe, leva em conta seus próprios conflitos e contradições. Este conceito rejeita a neutralidade e a objetividade em pesquisa, pois impossibilita o apagamento das instituições que atravessam o pesquisador e que são constitutivas de seu fazer. Referimo-nos às implicações afetivas, profissionais e institucionais que no final, indicariam o grau possível de transversalidade do próprio pesquisador. Ou seja, o quanto ele próprio, através da análise de implicação, deixa-se mais ou menos, permear pelo seu próprio auto-exame. E pelos deslocamentos subjetivos e práticos deste derivados.

A polifonia institucional

Ao que se refere à problemática do Abrigo Novo Tempo, temos muitas instituições que o atravessam: o Judiciário, a Administração Pública, as diversas Políticas Públicas, etc., mas nos ateremos principalmente à Política de Assistência Social.

Esta referencia-se ao Ministério do Desenvolvimento Social. Suas ações são baseadas por orientações vindas da Política Nacional de Assistência Social, tendo sido aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e suas ações socio-assistenciais são geridas pela Norma Operacional Básica do Suas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em suas orientações técnicas, o Serviço de Acolhimento Institucional é uma medida de “proteção especial”

prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). A medida é utilizada, conforme estabelece o Artigo 90, inciso IV, do ECA, para crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados pela família, pela sociedade ou pelo Estado. Aqueles que, em casos extremos, necessitem permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam, devem encontrar nas instituições de abrigo, um espaço de cuidado e proteção. Nesse sentido, os abrigos são responsáveis por prover às crianças e aos adolescentes acolhidos todos os seus direitos fundamentais, utilizando todos os recursos oferecidos pelas políticas públicas municipais, para zelar por sua integridade física e emocional. A aplicação desse tipo de medida implica a suspensão do poder familiar sobre as crianças e os adolescentes em situação de risco e se dá apenas por decisão do Conselho Tutelar e por determinação judicial (Justiça da Infância e Juventude). Isso significa que, durante o período em que permanecem abrigados, esses meninos e meninas ficam legalmente sob a guarda do responsável pelo abrigo, devendo seu atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, com atenção especial para a garantia de todos os direitos que lhes são assegurados na legislação brasileira, inclusive aquele referente à convivência familiar e comunitária.

Buscando no dicionário¹ da língua portuguesa, a palavra abrigo tem como significado: proteção. O “abrigado” estaria protegido dos perigos, das intempéries, dos desesposos. Logo, falar em abrigamento significa abrir uma morada, favorecendo ao outro um lugar onde tenha cortesia, bondade e acolhida. Esse espaço não se faz apenas com palavras afáveis, mas através de gestos concretos que convidam este outro a uma vivência real de acolhimento, de descanso, de refúgio; com bom alimento, amparo e conforto. Pode-se dizer que a abertura ao outro é fundamental para um verdadeiro acolhimento; pois quando se autoriza a entrada do outro, sem reservas ou desconfianças, se favorece os vínculos e aos sentimentos de segurança; isto ocorre somente quando há acolhimento na casa, na vida e na história (Silveres e Melo, 2012).

No entanto, pensamos em consonância com Benevides (2005) quando fala que fazer a política pública é muito mais que construir programas e portarias. Para efetivar a política, faz-se necessária uma união entre as forças do coletivo, dos movimentos sociais com as práticas concretas do cotidiano, dos serviços em geral. De nada servem

¹ Dicionário Aurélio online: www.aurelio.com.br

teorias bem construídas, se as práticas não forem resolutivas, se não houver melhorias nas vidas, nas condições de trabalho, nos modos de fazer e de produzir. Só unindo os conceitos e a prática será possível transformar realidades. E falo isto com clareza de quem viveu momentos de falta de encontro e vontade. Ruínas de entendimento, jogos de vaidades. Toda uma estrutura fechada em si, com o tempo cronológico a seu lado, como se tudo pudesse ser mensurado e orientado por uma linha reta, sem nada sair do lugar. Como se fosse possível desconsiderar as inúmeras variáveis da vida, como se pudéssemos controlar tudo.

As urgências da casa eram inúmeras, mas desconsideradas pelas necessidades da burocracia, do papel a ser enviado para as instâncias superiores. Como poderíamos mediar essas urgências? Como acalmar uma alma sofrida e um corpo cansado de um adolescente ou de um servidor, quando há morosidade no sistema? Há que ter previsão para poder atender dois sofrimentos. Ao mesmo tempo em que responder à Gestão Pública e ao Judiciário do porquê isto ou aquilo acontece – “como se eles não soubessem!” Pensa-se que a loucura está tomando sua alma e não há mais lucidez, que se está realmente fazendo a menos do que pode! Mas será?

Como fornecer roupas, cama, alimentos àquele que chega se você não o espera? Se o que você tem, está no limite do aceitável. Não há como fugir da briga, do embate, da queda de braço. Você só não conta que é seu braço é que cai. É você que está fora do jogo. Você é que fora condenado.

Então, a fragilidade das Políticas de Assistência Social, no que tange à abrigagem, muito se dá pelas inúmeras urgências e necessidades primárias que não se pode eliminar com a rapidez de um segundo. Há que se ter enlaces, encontros, consonância com objetivos e, principalmente disponibilidade, para o outro. Não se fala em política social como uma simples lei ou norma. Falamos de vidas, de emoções, de pessoas frágeis, necessitadas, com direitos violados. Falamos de alguém que deseja apenas viver. Falamos em trabalhar para o outro, melhorar as condições em que este se encontra que, por vezes, é sub-humana. Não se trata, pois, de transformá-la em menos ainda.

Ao abrigar, acolher, pensar em devolver o direito ao outro, há que se pensar em realmente dar e não fazer este mendigar, rastejar, sofrer mais. O abrigo deveria ser um lugar para proteger, no entanto, quando cheguei ao Abrigo Novo Tempo, nem das intempéries se encontrava protegido. Há que se dar alimento e não privar, como se fazia

antes da minha chegada. Vestir-se com roupas limpas e em condições, coisa que não ocorria, pois era um monte de tecido sujo e misturado.

As instituições, quando transformadas em soberba dos humanos, fazem de seus fazeres uma disputa de vaidades, sequer cogitam que há corpos frágeis e vulneráveis em jogo. Lançam ao vento apostas e impõem a derrota ao oponente de forma cruel, não percebendo que os que dependem de um dos lados pode ser cruelmente derrubado. E não falamos da casa, mas sim das pessoas que nem sabem que estão envolvidas neste duelo de forças. Falemos de trabalhadores que se propõem a fazer seu ofício com respeito, ética e carinho; humanitarismo, salvacionismo, seja lá o que for. Há também os acolhidos que foram afastados de suas realidades.

E quem disse que este viver que lhes impuseram é melhor? Melhor em quê? Prometem-lhes coisas que não sabiam que tinham o direito a ter e continuam não tendo, nem o direito a ficar na inocência da ignorância. Incutem-lhes um milhão de possibilidades e nada se concretiza. Colocam-os de um lado a outro, sem menor visão de impacto. Será realmente que se importam com isto?

Parece mais, que todas as cartas já foram marcadas e o final já se sabe ou se prevê. Parece que as melhorias na condição dos abrigados não podem ocorrer. Se ocorrerem, corre-se o risco de também dar-lhes protagonismo existencial. Terão voz, sairão das sombras e dos pântanos. Serão uma ameaça. Não somente à sociedade que terá de respeitá-los, vê-los nas escolas municipais, nos eventos sociais das praças públicas, nos cinemas, shopping, mas também nos cofres públicos que, dando certo os investimentos, estes terão de ser maiores.

Desde muito cedo, na história, há preocupação com crianças abandonadas. Já se acolhia os bebês e estes eram colocados em famílias que desejavam ter filhos. Trabalhavam para isto pessoas com princípios cristãos, voltados para o assistencialismo, onde o bom homem preocupa-se com seu irmão.

Ainda nos dias atuais, mesmo não havendo a Igreja como principal orientadora dos comportamentos sociais, as casas de acolhimento infantil recebem muitas doações de pessoas que se compadecem com as crianças que lá chegam. Preocupam-se com o encaminhamento o mais rápido possível à família substituta.

Já os adolescentes, como não há procura por adoção, tudo muda. Antigamente, trabalhavam para seu próprio sustento. Agora, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente são vistos como cidadãos em desenvolvimento. Têm direito a serem cuidados e terem suas vidas zeladas pela sociedade. Impuseram-lhes um lugar de não

detentor de suas escolhas. Seus pais são os responsáveis pelos atos praticados, por aqueles que, até então, foram considerados peças trabalhadoras da sociedade.

Por sua vez, a sociedade ainda em conflito de posicionamento, dá aos adolescentes o direito a voto, mas não há ir sozinho à escola. Pensa em liberar a permissão para dirigir veículos, mas não pode comprar medicamentos na farmácia. Deseja reduzir a maioridade penal, mas não aceita que pague contas em banco.

Coloca os adolescentes em posição de cuidado, não lhes permitindo mínimas escolhas, não aceitando suas demonstrações de adversidade e contestação. Não estamos preparados para vê-los como sujeitos desejantes e em fase de experimentação. Usam drogas, querem sexo, falam alto, criticam tudo e a todos, expressam-se de forma diversa e muitas vezes irreverente. São vistos como barulho.

As políticas da Assistência Social, em suas casas de acolhimento voltadas aos adolescentes, precisam ter claro que seus públicos são diferentes. Adolescentes fogem das aulas, ficam em praças, gostam de música, dançam, praticam esportes, namoram, etc.

Por sua vez, os trabalhadores das casas de acolhimento, tomados pelos princípios cristãos, se deixam levar pelos ideais assistencialistas, trabalho abnegado e sem valorização de sua mão de obra. Passam seus dias idealizando melhorias e histórias com final feliz. Toco neste ponto para dizer que se houver casa de acolhimento para o segmento adolescente, seus investimentos não virão de doações visando o encaminhamento deste à família substituta, e sim sairá do caixa livre dos municípios, ou seja, da arrecadação pública municipal.

Logo suas necessidades são muitas e os investimentos precisam ser de toda ordem. Na saúde, é preciso haver atenção principalmente quanto ao uso de substância psicotrópica. Na educação, onde a rede é pequena, não atendendo de maneira adequada à demanda, sequer aos adolescentes descrentes no objetivo da sala de aula, assumindo o papel de desertores e dos problemas escolares, que dirá aqueles acolhidos, sem a cultura de ir à escola.

Adolescência passou a ser sinônimo de “o que fazer”, o que fazer com este que não quer estudar? O que fazer com aquele que não cuida do seu corpo e do seu desejo? Quanto ao mundo do trabalho que abre portas para os que estão com vidas dentro de um padrão “classe média”, dentro da escolaridade mínima e com famílias tradicionais. A política do trabalho coloca os adolescentes que não se enquadram no perfil desejado

numa espécie de limbo, acaba os vitimando, favorecendo o uso de recursos como trabalho informal, subtrabalho e até mesmo exploração.

E na assistência social, uma multiplicidade de fazeres. Há que se ter claro os objetivos da política de assistência social: respeito à dignidade do cidadão, à autonomia e direito de acesso aos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária. Assim sendo, é preciso facilitar a inserção do adolescente na comunidade, como permitir o seu acesso aos eventos públicos, participação nos grupos em seus territórios sociais e acesso ao meio escolar. Possibilitar sua autonomia, os tornando cidadãos, acessando serviços e benefícios que lhe impulsionem a melhoria de suas condições, bem como participação na escolha de seu projeto de vida futura.

Estamos aprendendo a duras penas a fazer as políticas de cuidado com o adolescente. O sentimento que ainda há é de esquecimento. Inclusive daqueles que trabalham com este público. Sentem-se excluídos, não conseguem vislumbrar saídas, como se não fizesse parte. Referimo-nos quanto aos trabalhadores, como tendo ímpeto de luta, com moral cristã, e com o espírito de ajudar ao próximo. Lá, no Abrigo Novo Tempo, tais trabalhadores desejavam fazer daquele lugar um melhor. Acreditavam que se houvesse empenho as coisas aconteceriam.

Com isso, cegavam-se frente ao universo de complexidades alheias à vontade solidária. Há forças de interesses muito maiores e desconhecidas junto a tudo isso, fazendo com que as coisas não saiam como planejado.

A partir daí, o sentimento de derrota passa a tomar frente ao sonho idealizado que, até então, se tinha. Percebem-se vencidos de um sistema injusto, como se mesmo as forças da casa se convergissem todas para um lado. A casa até avança em seus esforços, mas tais forças insistentes acabarão com o sonho.

Diante dos fracassos e das regressões, o sentimento de culpa de tais trabalhadores logo aparece, responsabilizando-os por não terem vencido as forças de opressão. Mas acredite, não há culpados. Nem um nem outro os são. Mesmo que nos percebamos culpados, temos em mente que somos peça de um jogo já posto, com cartas marcadas, estamos dentro da trama social, onde muitas vezes o tempo cronológico nos faz pensar que apenas “faz de conta” que as coisas aconteçam.

Mas como já dizia o escritor e dramaturgo irlandês Samuel Beckett (2012) - **O fim está no início e ainda assim você segue em frente.**

Retomando o Abrigo Novo Tempo, foram tantas demandas diárias que, por vezes, o foco era perdido. O sentimento que ficou foi de múltiplas falhas, que se foi

derrotado! No entanto, podemos dizer que os objetivos da política de Assistência Social foram efetuados. Trabalhávamos para a melhoria de condições daqueles acolhidos. Se não conseguimos ter “um Abrigo do Novo Tempo”, porque era nossa a ilusão de perfeição, de “salvação de almas”, fizemos o que estava ao nosso alcance. Tínhamos, sim, uma equipe de servidores que fazia a política como ela está escrita. O que não se pode deixar de se levar em conta, foram as diversas precariedades físicas, ainda há sim necessidade de avançar, cada vez mais, muito mais. Mas tenham claro, colegas e amigos trabalhadores, fomos guerreiros, lutamos com nossas melhores armas e fomos vencedores, pois o objetivo de não se corromper a um sistema de entraves foi cumprido. Agora o mesmo foi fechado, por desconhecer nossa luta, pobre deles: ainda há muito que caminhar!

Escutar, Falar, Pensar, Agir

(...) “Essas vidas, por que não escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças?”
- Michel Foucault, *A Vida dos Homens Infames*, p. 208.

Ao trazer este fragmento da Obra de Michael Foucault (1992), para esta reflexão acerca das experiências obtidas no Abrigo Novo Tempo, em 2010, desejamos ouvir, com atenção, cada indagação trazida pelo autor? “Elas falam”, “por que não escutá-las?”, “o que restaria se elas não tivessem cruzado com o poder e provocado suas forças?” Consideramos essas perguntas norteadoras para um possível entendimento, das forças institucionais que compõem essa trama rizomática.

Qualquer parte deste novo, não será o início, tampouco o fim, da história da Abrigagem; é um recorte. Tem passado, atravessado, nas diversas direções, por histórias que compõem a que foi trazida para neste testemunho.

As instituições falam, as casas de acolhimento falam, em diversos sons, audíveis aos ouvidos atentos daqueles que aceitam ao desafio de ouvi-las. Seus sons são lamúrias, gritos, choros de viveres abandonados à própria sorte. Quem aceita ouvir, tem de preparar-se para não se deixar fazer parte deste lamentar-se, de não cegar-se com as inúmeras dificuldades que virão. Há que questionar-se a todo tempo, quais os reais

motivos que fizeram com que você aceitasse ouvir este canto da sereia. Há que tomar cuidado com os encantamentos lançados aos olhos e ouvidos, com as vaidades que podem lhe encurralar num caminho estreito logo adiante.

Tenhamos em mente que o assistencialismo diminui aquele que precisa de políticas públicas. Então façamos um trabalho sério, questionando nosso papel na história, senão cairemos num abismo. Aquele em que a sereia laçou seu encantamento de vaidades, unidos com valores assistenciais. Afirmaremos que estamos fazendo o melhor, no entanto, estaremos sim encurralados no obscuro lugar das vozes silenciadas pela instituição, onde há forças contrárias desejosas por sua desistência.

É preciso fortalecer as vidas abrigadas, para que elas possam ir ao encontro de seus desejos se tornarem cidadãos de direitos. Mas tenhamos cuidado, caminhemos a passos leves, para não acordar o gigante do poder. Pois este quando olha o mundo, o percebe através das lentes de seu espelho côncavo, temendo a todos como forte oponente. Solta sua fúria aniquilando tudo à sua frente.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Entrevista com Giorgio Agamben**. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v.18. p.131-135, jan/jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011.
- AURÉLIO. **Dicionário online**. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com>.
- BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. Ed. Ed. Instituto Félix Guattari, 2002.
- BECKETT, Samuel. **Companhia e outros textos**. 1. Ed. Globo, 2012.
- BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde**. Revista ciência e saúde coletiva, v.10. Rio de Janeiro. Jul/set. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014
- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas volume I, Magia e Técnica **Arte e política**. Ed. Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Presidente (Collor: 1990-92). Lei N.8.069, de 13 de julho de 1990. **Casa Civil da República Federativa do Brasil**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument.
- CAYMMI, Nana. **Resposta ao Tempo**. Rio de Janeiro: EMI, 1998. Disco Laser. Gravação de Som
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. Ed.34 Ltda. São Paulo, 2006.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?** 7. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- MICHAEL, Foucault. **A vida dos homens infames**. Lisboa, 1992.
- Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>
- SELIGMANN, Márcio Silva. **Narrar o trauma- A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**, Revista de psicologia clínica do Rio de Janeiro, v.20, P.65 – 82, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05>.
- SILVERES, Luiz; MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de. A pedagogia da hospitalidade a partir da filosofia da alteridade em Levinas. **Conjecturas**: revista da Universidade de Caxias do Sul. Faculdade de Pedagogia, Universidade de Caxias do Sul, v. 17, set/dez 12. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1795/1126>.